Prudente Marques da Silva, Belo Horizonte, quinze dia(s) a partir de 27 de junho de 2025 Prorrogação; Fabrício de Castro Rezende, Conselheiro Lafaiete, quatro dia(s) a partir de 01 de julho de 2025; Fernanda de Oliveira Coelho, Belo Horizonte, cinco dia(s) a partir de 05 de maio de 2025 Prorrogação; Fernanda Teixeira de Moura Barcelos, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 07 de julho de 2025 Prorrogação; Gabriela Diniz Ribeiro, Betim, um dia a partir de 26 de junho de 2025; Grazielle Vieira Rodrigues, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 02 de julho de 2025 Prorrogação; Guilherme Goulart Caldas, Belo Horizonte, um dia a partir de 07 de julho de 2025 Prorrogação; Jessica Gonçalves Rabelo Xavier, Carmo do Cajuru, três dia(s) a partir de 02 de julho de 2025; Josane Carvalho Lacerda, Belo Horizonte, um dia a partir de 03 de julho de 2025; Judith Lourenço Claudino, Rio Piracicaba, três dia(s) a partir de 01 de julho de 2025 Prorrogação; Juscilene Carvalho Silva, Almenara, um dia a partir de 01 de julho de 2025; Karoline de Oliveira Bretas Viana, Lagoa Santa, um dia a partir de 01 de julho de 2025 Prorrogação; Laíz Fernanda Frederico de Pinho, Santa Luzia, dez dia(s) a partir de 01 de julho de 2025 Prorrogação; Lauro dos Reis Corrêa, Santa Luzia, um dia a partir de 01 de julho de 2025; Lísley de Oliveira Pereira, Belo Horizonte, sessenta dia(s) a partir de 11 de junho de 2025; Luciana Myria Rocha Santiago, Mariana, noventa dia(s) a partir de 07 de julho de 2025 Prorrogação; Luciano Augusto de Melo, São Gotardo, um dia a partir de 01 de julho de 2025; MALONE SOUSA CARVALHO DE OLIVEIRA, Almenara, um dia a partir de 03 de julho de 2025; Manuela Mendonça de Resende, São João del-Rei, cinco dia(s) a partir de 02 de julho de 2025 Prorrogação; Márcia Figueiredo de Assis, João Monlevade, sessenta dia(s) a partir de 10 de julho de 2025 Prorrogação; Marcio de Oliveira Lacerda, Belo Horizonte, um dia a partir de 03 de julho de 2025; Margaret Lamounier Alves, Belo Horizonte, um dia a partir de 30 de junho de 2025; Maria Amara Vieira Teixeira, Matozinhos, um dia a partir de 02 de julho de 2025 Prorrogação; Maria Aparecida Tavares, Conselheiro Lafaiete, um dia a partir de 30 de junho de 2025 Prorrogação; Maria Goreti de Almeida Vieira, Lagoa Santa, um dia a partir de 02 de julho de 2025; Marlia Maria Campos Gusmão Figueiró, Itamarandiba, um dia a partir de 02 de julho de 2025 Prorrogação; Miguel Elias Neto, Campina Verde, noventa dia(s) a partir de 14 de julho de 2025 Prorrogação; Miriam Mendes de Paula, Pará de Minas, onze dia(s) a partir de 08 de julho de 2025 Prorrogação; Mônica Nogueira Antunes, Betim, quinze dia(s) a partir de 30 de junho de 2025; Ned Lofton Rodrigues da Silva, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 03 de julho de 2025; Patrícia de Almeida Magno, Almenara, um dia a partir de 18 de junho de 2025 Prorrogação; Patrícia de Almeida Magno, Almenara, um dia a partir de 27 de junho de 2025 Prorrogação; Patrícia de Almeida Magno, Almenara, um dia a partir de 23 de junho de 2025 Prorrogação; Patrícia de Almeida Magno, Almenara, um dia a partir de 30 de junho de 2025 Prorrogação; Rachel Stopa de Oliveira Mendes, Araguari, dois dia(s) a partir de 02 de julho de 2025 Prorrogação; Ricardo Braz Fonseca, Belo Horizonte, trinta e um dia(s) a partir de 04 de julho de 2025 Prorrogação; Ricardo Lúcio Salim Nogueira, Barbacena, quinze dia(s) a partir de 28 de junho de 2025; Ricardo Patrick de Oliveira, Betim, um dia a partir de 26 de junho de 2025; Rosymar Souza Neves, Belo Horizonte, um dia a partir de 04 de julho de 2025; Sabrina Freitas Silva, Serro, um dia a partir de 25 de junho de 2025 Prorrogação; Sérgio Endrigo Faria, Lagoa da Prata, três dia(s) a partir de 07 de julho de 2025; Thayane Lopes Barros, Malacacheta, um dia a partir de 03 de julho de 2025 Prorrogação; Ursulla Almeida Rey Costa, Belo Horizonte, um dia a partir de 23 de junho de 2025 Prorrogação; Warner Anderson Ferreira da Silva, Belo Horizonte, um dia a partir de 30 de junho de 2025.

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

De ordem do Excelentíssimo Sr. Desembargador 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Superintendente da EJEF, Saulo Versiani Penna, publica-se abaixo o Edital de Chamamento para Concurso de Artigos Jurídicos nº 2/2VP/2025, cujo tema será "Lei nº 13.146/2015 - Os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência":

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONCURSO DE ARTIGOS JURÍDICOS Nº 2/2VP/2025

TEMA: LEI Nº 13.146/2015 - OS 10 ANOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ torna público o presente Edital de Chamamento para o Concurso de Artigos Jurídicos com o tema "Lei nº 13.146/2015 - Os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência", e com o objetivo de fomentar a produção científica e o debate jurídico-acadêmico sobre os avanços, desafios e a jurisprudência decorrente da primeira década de vigência da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, em consonância com a defesa dos direitos fundamentais (Constituição Federal/1988, art. 5º).

1 OBJETIVO

1.1 O presente Edital tem por objetivo a seleção e premiação dos 5 (cinco) melhores artigos jurídico-científicos que abordem o tema "Lei nº 13.146/2015 - Os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência", com a intenção de contribuir para a reflexão interdisciplinar sobre a aplicação, impacto, alcance e desafios do referido Estatuto no cenário jurídico brasileiro, após dez anos de sua edição.

2 CRONOGRAMA

2.1 Publicação do edital: 08.07.2025.

2.2 Prazo de submissão de artigos: até 15.10.2025, às 23h59.

2.3 Período de avaliação dos artigos (duplo anônimo): 16.10.2025 a 06.01.2026.

2.4 Divulgação do resultado final: 15.01.2026.

2.5 Solenidade de premiação: 05.02.2026.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ELEGIBILIDADE

- 3.1 Podem participar do presente concurso pessoas naturais que possuam, no mínimo, graduação em Direito.
- 3.2 Os artigos poderão ter autoria individual ou compartilhada em até 2 (dois) coautores, desde que todos possuam a titulação mínima de graduação em Direito.
- 3.3 Cada autor poderá submeter apenas 1 (um) artigo.
- 3.4 Os artigos submetidos devem ser inéditos, ou seja, que não tenham sido publicados em qualquer meio (impresso ou eletrônico), e que não estejam em processo de avaliação para publicação em outros periódicos.
- 3.5 Não serão aceitos:
- I - artigos já publicados em periódicos científicos, livros, anais de eventos e periódicos de qualquer natureza;
 - II - trabalhos premiados ou agraciados com menção honrosa em outras premiações, nacionais ou internacionais;
 - III - capítulos de teses, dissertações ou monografias que já tenham sido premiadas; e
 - IV - trabalhos de autoria dos membros da Comissão Organizadora e dos responsáveis pela realização do concurso, lotados na EJEJF, bem como cônjuges/companheiros e de seus parentes até o segundo grau.
- 3.6 Os autores declaram, no ato da submissão, a originalidade e a autoria do trabalho, responsabilizando-se por eventuais alegações de plágio ou violação de direitos autorais.
- 3.7 Artigos submetidos em desacordo às normas deste Edital serão indeferidos.

4 TEMAS DOS ARTIGOS

- 4.1 Os artigos deverão abordar temas relacionados à "Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", com enfoque na garantia e promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, podendo explorar, entre outros, os seguintes eixos temáticos:
- I – os direitos fundamentais e a proteção da pessoa portadora de deficiência, nos termos do art. 5º da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
 - II – acessibilidade: promoção de condições de acessibilidade em espaços públicos e privados (edificações, meios de transportes e comunicação), a partir da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
 - III – inclusão social e cidadania: promoção de políticas públicas de inclusão (inclusive em relação a serviços de telecomunicações) da pessoa portadora de deficiência;
 - IV – proteção contra a discriminação: práticas de combate à discriminação em razão da deficiência;
 - V – questões controversas definidas no âmbito dos tribunais brasileiros acerca de demandas que envolvam requerimentos relativos a tratamentos e atendimentos de pessoas com deficiência.
- 4.2 Quando da submissão, o candidato deverá indicar, obrigatoriamente, a qual tema se refere o artigo, mencionando-o, de forma clara, na introdução.

5 FORMATO E REGRAS DE SUBMISSÃO DOS ARTIGOS

- 5.1 Os artigos deverão obedecer rigorosamente às seguintes regras de formatação, com as seguintes especificações:
- I - título: em português e em outro idioma (inglês ou espanhol), contendo no máximo 15 (quinze) palavras;
 - II - identificação dos autores: para efeitos de submissão, é vedada a inclusão de dados que identifiquem os autores no corpo do artigo e em suas propriedades, garantindo o sigilo para a avaliação duplo anônimo;
 - III - resumo: em português e em outro idioma (inglês ou espanhol). O resumo deve conter no mínimo 150 e no máximo 300 palavras e deve ser inserido no artigo abaixo do título, informando os objetivos, a justificativa, a metodologia, a síntese dos resultados (quando cabível) e destacando a contribuição do trabalho e as principais conclusões;
 - IV - palavras-chave: em português (5) e em outro idioma (inglês ou espanhol);
 - V - elementos textuais: introdução (exposição do objeto tratado, do tema em que o trabalho se insere, justificativa, objetivos e metodologia adotada), desenvolvimento (pode receber títulos e/ou subtítulos, a critério do(s) autor(es); exposição da análise com sua discussão, a partir de referências coerentes); e conclusão (exposição sucinta dos resultados obtidos no contexto dos objetivos propostos), podendo receber títulos e/ou subtítulos, a critério do(s) autor(es);

-
- VI - elementos pós-textuais: lista de referências (somente as obras efetivamente citadas no texto);
- VII - idioma: serão aceitos trabalhos redigidos em português;
- VIII - formato do arquivo: documento MS-Word - versão mais atualizada (.doc ou .docx) e .pdf;
- IX - layout da página: tamanho papel A4;
- X - margens: superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm;
- XI - fonte: Times New Roman, tamanho 12;
- XII - espaçamento: 1,5 entre linhas;
- XIII - parágrafos: recuo de 2 cm, alinhamento justificado, espaçamento antes e depois do parágrafo: 0,0 cm;
- XIV - citações: sistema de chamada autor-data (exemplo: Squarisi, 2003, p. 71). As notas de rodapé serão somente explicativas;
- XV - extensão: não inferior a 10 e não superior a 20 páginas, incluídas as referências;
- XVI - gráficos e ilustrações: devem ocupar no máximo 25% do conteúdo do artigo, com qualidade de reprodução adequada, resolução mínima de 300 dpi para impressão, garantindo também proporções equilibradas e legendas claras e informativas;
- XVII - referências: devem constar em lista única, ao final do trabalho, observado o sistema alfabético, com espaçamento simples e alinhamento à esquerda;
- XVIII - língua estrangeira e destaques: locuções ou palavras em língua estrangeira, bem como os destaques do texto, deverão ser grafadas em itálico. Não utilizar negrito, sublinhado ou caixa alta para dar destaque ao texto;
- XIX - normas ABNT: o texto deverá observar as demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Citações devem estar em conformidade com a NBR 10.520/2023; e as referências devem estar em conformidade com a NBR 6.023/2018; e atualizações;
- XX - páginas: as páginas não devem ser numeradas.

5.2 Os artigos deverão ser submetidos exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço artigos.juridicos@tjmg.jus.br, até o dia 15 de outubro de 2025, às 23h59.

5.3 No ato da submissão, deverão ser anexados dois arquivos: um em formato .doc ou .docx (Word), e outro em formato .pdf.

5.3.1 O arquivo Word deve trazer a autoria do artigo apresentada após o título, contendo nome completo, cargo ocupado, titulação máxima, instituição de vínculo e e-mail.

5.3.2 O arquivo em formato .pdf deverá estar anonimizado, ou seja, sem identificação de autoria.

5.4 Os artigos que não atenderem às regras de submissão e formatação serão desclassificados na fase de análise de admissibilidade, realizada pela equipe da EJEJ/DIRGED/GEJUR/COJUR, não cabendo recurso ou revisão da avaliação realizada.

6 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

6.1 A avaliação dos artigos será realizada pelo sistema duplo anônimo, em que os pareceristas não terão acesso à identidade dos autores, e vice-versa.

6.2 A equipe de pareceristas será composta por especialistas de notório saber jurídico, com produção acadêmica relevante na área de Direito Constitucional/Direitos Fundamentais, e será escolhida pela 2ª Vice-Presidência do TJMG.

6.3 Os critérios de avaliação serão os seguintes:

I - o título do artigo, o resumo e as palavras-chaves devem corresponder ao conteúdo desenvolvido;

II - a temática abordada deve ter pertinência com o tema "Lei nº 13.146/2015 - Os 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência";

III - o artigo deve estar apresentado de forma estruturada e contemplar todos os itens obrigatórios previstos neste Edital;

IV - a introdução deve estabelecer uma contextualização da temática, apresentar o problema de pesquisa, o método e a metodologia utilizados no texto;

V - o problema de pesquisa deve ser coerente com os objetivos propostos;

VI - a pesquisa realizada e o desenvolvimento do artigo devem responder aos objetivos propostos, com clareza e profundidade;

VII - o método e a metodologia utilizados devem estar adequados ao desenvolvimento da pesquisa;

VIII - os resultados alcançados (conclusões) devem ser apresentados de maneira clara, contribuindo com o avanço da ciência junto à temática;

IX - a parte textual do artigo, bem como as referências utilizadas, devem estar de acordo com as normas atuais da ABNT; e

X - as referências devem ser atualizadas, abarcar fontes diversas (como exemplo: livros físicos e *e-books*, sites, artigos de periódicos e anais de eventos, dissertações e teses, normas, projetos de lei, julgados e direito comparado) e contemplar a literatura relevante acerca da temática.

6.4 A avaliação dos artigos caberá aos pareceristas.

6.5 Cada parecerista atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez) a cada um dos artigos analisados.

6.6 A nota final do artigo se dará pela soma dos pontos auferidos em cada critério de avaliação.

6.7 Os artigos que obtiverem nota final menor que 7 (sete) serão desclassificados.

6.8 Caso haja empate nas pontuações finais, os artigos serão ordenados segundo os critérios de desempate, na seguinte ordem:

I - pela maior pontuação recebida no critério "A pesquisa realizada e o desenvolvimento do artigo respondem aos objetivos propostos, com clareza e profundidade";

II - pela maior pontuação recebida no critério "Os resultados alcançados (conclusões) são apresentados de maneira clara, contribuindo com o avanço da ciência junto à temática";

III - pela maior pontuação recebida no critério "O método e a metodologia utilizados estão adequados ao desenvolvimento da pesquisa";

IV - persistindo o empate, a decisão caberá à Comissão Organizadora.

7 DA APURAÇÃO DO RESULTADO

7.1 A classificação dos artigos será feita pela Comissão Organizadora constituída especialmente para esse fim.

7.2 A Comissão Organizadora atuará com o auxílio da Comissão Avaliadora, que avaliará e pontuará cada artigo de acordo com critérios previamente estabelecidos.

8 DA COMISSÃO ORGANIZADORA

8.1 A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

I - 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, que a presidirá;

II - Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência;

III - Diretor da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas;

IV - Diretor da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental.

8.2 Compete à Comissão Organizadora do concurso:

I - conduzir o certame dentro dos preceitos éticos e morais, assegurando equidade de participação;

II - promover as comunicações e publicações relacionadas ao concurso;

III - atestar o recebimento dos artigos no prazo estipulado no Edital;

IV - receber e encaminhar à Comissão Avaliadora os artigos recebidos;

V - acompanhar e assessorar os trabalhos da Comissão Avaliadora, inclusive quanto aos prazos para avaliação dos artigos;

VI - realizar a divulgação dos resultados; e

VII - adotar providências acerca de situações que possam comprometer a lisura do certame, inclusive dando ampla publicidade, quando for o caso.

8.3 A Comissão Organizadora deliberará sobre eventuais questionamentos apresentados.

9 DA COMISSÃO AVALIADORA

9.1 A Comissão Avaliadora será composta por 10 (dez) membros pareceristas credenciados pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, com titulação mínima de Mestre, em sistema de duplo anônimo, que avaliarão e pontuarão cada artigo de acordo com critérios estabelecidos.

9.2 A Comissão Avaliadora será composta por profissionais e acadêmicos com atuação nas áreas temáticas do concurso.

9.3 A Comissão Avaliadora será designada pelo 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, a quem compete:

I - conduzir o certame dentro dos preceitos éticos e morais, assegurando equidade de participação;

II - atestar o recebimento dos artigos no prazo estipulado no Edital;

III - cumprir os prazos para avaliação dos artigos;

IV - entregar os resultados da avaliação de cada artigo à Comissão Organizadora.

9.4 Para análise dos artigos será utilizado o sistema de avaliação duplo anônimo; os pareceristas não terão acesso à identidade dos participantes.

10 PREMIAÇÃO

10.1 Serão premiados os 5 (cinco) melhores artigos classificados. Os autores dos artigos premiados receberão menção honrosa com certificado emitido pela EJEF/TJMG.

10.2 Caso nenhum artigo cumpra os critérios exigidos, não será concedida a premiação prevista neste Edital.

10.3 A solenidade de premiação será realizada no TJMG no dia 05.02.2026.

11 DIREITOS AUTORAIS

11.1 Os autores dos artigos premiados cederão os direitos autorais de seus trabalhos para o TJMG, para fins de publicação e divulgação, em formato eletrônico e/ou impresso, sem ônus, garantindo-se a devida menção à autoria. Os artigos selecionados devem manter o seu ineditismo até a publicação pelo TJMG.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O resultado final do Concurso será divulgado no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) do TJMG e no sítio eletrônico do Tribunal.

12.2 O TJMG reserva-se o direito de alterar as datas e prazos estabelecidos neste Edital, mediante prévia comunicação e justificativa.

12.3 Os inscritos são responsáveis pelo acompanhamento dos resultados, orientações e eventuais alterações neste Edital.

12.4 No caso de impossibilidade de participação presencial do primeiro autor na cerimônia de premiação, poderá ser indicado o coautor para representá-lo.

12.5 A participação neste Concurso implica a aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital.

12.6 Os premiados autorizam a EJEF a reproduzir e divulgar, sem ônus, por qualquer meio eletrônico, impresso ou audiovisual, total ou parcialmente, no Brasil e no exterior, os artigos científicos, fotografias e filmagens registradas em eventual cerimônia de premiação pelo prazo de 5 (cinco) anos.

12.7 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Comitê Técnico da EJEF.

Belo Horizonte, 8 de julho de 2025.

Desembargador SAULO VERSIANI PENNA
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes